

PARTE I

O BARROCAL ALGARVIO

*“Vai um Português com um Espanhol, diz ele assim: ‘Hombre este ano tenho Dios preso por um pé’. Diz o Português: ‘Como é que tu fizeste isso, oh? Prenderes Deus por um pé?’. ‘É que ele o ano passado enganou-me, tinha semeado as baixas, choveu, choveu, fiquei sem nada’. As coisas alagaram. ‘Mas este ano não, ele está enganado comigo, se vier muita água tenho as altas também” que é os terrenos altos que não alagam. (...) Veio de lá uma chuvada nas baixas, alagou tudo, (...) depois veio de lá uma seca...nas alturas também não deu nada! Diz ele assim: ‘Hombre quando Dios não quer, não há nada a fazer!’.”**

Ti Mendes, 77 anos, Almarginho,
Freguesia de Salir, 6 Fevereiro 2007

* Esta história é sobejamente conhecida entre as gentes do Barrocal em estudo (pessoas com mais de 50 anos). A presente versão foi a mais completa registada em Diário de Campo.

CAPÍTULO 1

O BARROCAL NA DIVERSIDADE REGINAL DO ALGARVE

I

Neste relevo contrastado de terras **altas** e **baixas**, onde quer que nos posicionemos, no horizonte como pano de fundo, avistam-se cerros por todos os lados. As terras baixas ou várzeas aluviais apertadas entre serras e planaltos formando vales de extensões e altitudes variáveis, amiúde rasgados por ribeiras, são locais naturalmente propícios ao regadio. Clima de Verões longos, quentes e secos, e Invernos moderados. As chuvas distribuídas de modo irregular ao longo do ano, com especial incidência no Outono, Inverno e Primavera, geralmente de curta duração, não raro caem de ímpeto fazendo transbordar ribeiras, ribeirinhos e barrancos arrastando materiais aluviais para jusante, para em seguida regressar acalmia e o sol brilhar, não tardando alguns leitos a secar. Alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras, às quais se acrescenta o cultivo da fava, da ervilha, do grão-de-bico, etc., de desenvolvimento favorável na predominância dos terrenos calcários, secos e íngremes, imprimem originalidade à paisagem, constituindo o aspecto dominante da economia tradicional.

Eis o retrato geral que Orlando Ribeiro fez do mundo Mediterrâneo na primeira metade do século XX (1941) em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, cuja descrição tão bem se ajusta à região Algarvia e em particular ao Barrocal. No entanto, na mesma obra, Orlando Ribeiro acrescenta que, no seio daquele quadro geral existem diversidades. E é precisamente sobre essas diversidades que nos iremos debruçar seguidamente, primeiro no que concerne ao Algarve em geral, depois no que respeita ao Barrocal em particular, baseando-nos para tal no conjunto de autores que o descreveram, problematizaram e teorizaram.

II

O Algarve foi ao longo dos últimos séculos alvo dos mais variados estudos. Entre os temas de maior efervescência contam-se a caracterização da região na sua diversidade de paisagens, climas, cobertos vegetais, actividades económicas, gentes e costumes. Esta diversidade de contornos nem sempre fáceis de discernir, originou classificações distintas da

região, sobretudo no que se refere à sua delimitação sub-regional, cuja articulação tem sido também (mais ou menos) discutida.

Serra, Barrocal e Litoral são as 3 sub-regiões naturais, dispostas longitudinalmente no sentido Norte/Sul, em que mais comumente se tem dividido o Algarve (Bonnet, 1850; Ribeiro, 1941; Ferro, 1956; e outros). No entanto, é amplamente considerado que esta divisão tripartida não reflecte suficientemente a diversidade observada na região. Assim, outras classificações surgem a dividir o Algarve, desta feita no sentido vertical (de poente para nascente): *Barlavento e Sotavento; Algarve Ocidental, Central e Oriental* (Cavaco, 1976). Cada qual, associada a morfologias de paisagem e de clima com utilizações e ocupações agrícolas distintas.

Visto do céu, pelas características da sua orografia, o Algarve assemelha-se a um amplo *anfiteatro* voltado para o mar. Os relevos íngremes da Serra vão diminuindo de altitude à medida que nos dirigimos para Sul, dando lugar às colinas do Barrocal também sempre descendentes, a partir de onde se espraiam os terrenos baixos do Litoral até ao mar. São as características do relevo e a proximidade do oceano que lhes vão introduzindo as principais diferenças (Feio, 1949).

Ocupando uma posição intermédia nas escadarias desse anfiteatro, posicionado entre a Serra e o Litoral, o Barrocal assemelha-se a uma faixa *lenticular*, estreita junto ao Cabo de S. Vicente, de onde se estende até ao lado norte de Tavira terminando em bico perto de Cacela (Bonnet, 1850; Stanislawski, 1963), atingindo maior amplitude na parte central do Algarve. Aqui, a arboricultura de sequeiro, figueiras, alfarrobeiras, amendoeiras e oliveiras dispostas por entre afloramentos calcários têm no conjunto da região o seu máximo desenvolvimento.

A norte, fazendo fronteira com o Alentejo, erguem-se de este para oeste os dois sistemas orográficos principais do Algarve, a Serra do Caldeirão (589m) e a Serra de Monchique (Foia-902m). Como a altitude favorece a *condensação*, nestas serras chove mais que em todo o Algarve, principalmente em Monchique¹ pela sua maior altitude e proximidade ao Oceano Atlântico (Feio, 1949). No entanto, sendo o Barrocal uma faixa do território Algarvio cuja extensão máxima corresponde à Região Centro, é sobretudo com a Serra do Caldeirão que estabelece interligações de vária ordem, por isso é a ela que nos referimos sempre que mencionarmos apenas o termo Serra.

¹ O tipo de solo constitui-se como elemento diferenciador entre os dois sistemas. Ao contrário do Caldeirão, em Monchique, os solos de *sienito* por natureza mais profundos e permeáveis às águas pluviais, tornaram possível o cultivo de muitas hortas dispostas em socacos encaixados nos declives. A abundância de água deu ainda origem a práticas termais com fins terapêuticos, a partir das quais se desenvolveu um turismo especializado (Carvalho, 1939).

Os solos do Caldeirão compostos essencialmente por *xistos* e *grauvaques*, pobres e pouco profundos, são por natureza impermeáveis, por onde se escoam superficialmente a quase totalidade da água, que apenas entra na terra no fundo de vales tortuosos onde se forma uma importante rede de drenagem (Ferro, 1956). Fruto de erosão constante, estes solos não oferecem por isso condições favoráveis a uma prática agrícola intensiva (Feio, 1949). Predominando por conseguinte, uma economia cerealífera e pastoril de subsistência, a que se acrescenta a apanha de medronho e a produção de cortiça (Cavaco, 1976).

Descendo a Serra Algarvia dirigindo-se para Sul, Mariano Feio em 1949 escrevia que *sair da Serra e entrar no Barrocal é entrar num mundo novo*. Porém, esta transição entre a Serra e o Barrocal não se faz tão bruscamente, inter-cruzando-se na paisagem elementos comuns a ambas as partes. Elementos considerados confusos por alguns autores (Feio, 1949; Ferro, 1956), causando dificuldades de classificação a outros (Vasconcellos, 1941). Assim, às sub-regiões atrás apontadas vem juntar-se a *Beira-Serra* ou *Alto Barrocal*, uma classificação mais fina surgida dessa dificuldade em delimitar a fronteira entre Serra e o Barrocal (Vasconcellos, 1941; Guerreiro, 1992; Prista, 1993), que alguns autores chegam mesmo a individualizar como sub-região (Guerreiro, 1992).

Também a Sul, os limites fronteiriços entre o Barrocal e o Litoral não são claros dependendo do ponto de vista adoptado (Santos, 2005). Numa visão alargada, incluindo todos os terrenos calcários do Algarve, o Barrocal toca o mar em alguns pontos da costa do Barlavento: a península de Sagres, as cidades de Lagos, Portimão, Lagoa e Albufeira. No entanto, o mais comum é que se façam corresponder ao Barrocal apenas os terrenos calcários do Jurássico e do Cretácico, onde estão excluídos quaisquer prolongamentos até ao mar (Santos, 2005).

Se comparativamente à Serra a diferença é notória, com o Litoral partilha alguns aspectos da paisagem agrária. *Barrocal* e *Litoral*, ambos encontram-se protegidos pelas Serras do frio, das geadas, do vento norte, e na vizinhança do mar gozam de um Inverno frequentemente moderado que lhes permite o cultivo de plantas sensíveis como a amendoeira, a batata-doce, legumes temporãs em solos (na sua maioria calcários) favoráveis à arboricultura de sequeiro e a culturas irrigadas nas hortas (Feio, 1949). Estas últimas, antes da generalização dos furos de captação de água subterrânea a partir da década de 70 (Costa et al., 1985), com localização restrita aos fundos de vale do Barrocal e na área aluvial do Litoral onde a abundância e a pouca profundidade em que se encontra o lençol freático permitiram com facilidade o uso da água para a irrigação (Ferro, 1956).

No *Litoral* especificamente, a par da reconhecida importância das instalações de regadio tradicional do Sotavento (Ribeiro, 1941; e outros), a actividade piscatória, cujo exercício é favorecido pelas excepcionais condições meteorológicas da região, teve sempre consoante a conjuntura económica de cada época uma importância significativa na balança comercial Algarvia (Ferro, 1956). Intensificando-se nas últimas décadas do séc. XX um turismo de sol e praia de cariz internacional que trouxe transformações profundas à estrutura económica e ao mercado de trabalho regionais.

Vejam agora em que reside a especificidade do Barrocal. Dan Stanislawski referia nos anos 60 do século XX (1963) que parte da qualidade de vida das gentes do Barrocal advinha da posição intermédia que a sub-região ocupa entre a Costa e as Montanhas, adquirindo algumas qualidades estruturais de uma e de outra, embora possua uma personalidade distinta. Argumentava o mesmo autor que, antes da introdução do caminho-de-ferro, as vilas e aldeias localizadas na base dos xistos, Silves, S. Bartolomeu de Messines, Alte, Salir, Querença e Alportel eram pontos de paragem obrigatórios para quem vindo da montanha em direcção à costa ou vice-versa, parava para descansar e dar de comer e beber aos animais, numa zona onde água e pastagens eram abundantes. Dada a proximidade, estas gentes puderam aproveitar por um lado os recursos da Serra, no acarreto de lenha e na apanha de medronho (Louro, 1929), por outro, atravessando essa mesma Serra dirigiam-se ao Alentejo na época das ceifas (Feio, 1949). No início do século XX, ranchos de gente oriunda da *Beira-Serra*, assim como os moradores de Boliqueime eram atraídos pelas mondas do arroz na Quinta de Quarteira (Cavaco, 1960).

Actualmente, esta posição de zona intermédia, continua a permitir-lhe aceder mais facilmente ao mercado de trabalho nos principais centros empregadores da Costa (em movimentos pendulares diários). No recenseamento geral da população de 2001, São Brás de Alportel, um concelho com localização preponderante no Barrocal, aparece como um dos que no Algarve registou maior aumento populacional por se constituir como local de residência da população activa de Loulé e Faro (INE, 2002). Assim, das ceifas no Alentejo ao trabalho no sector turístico do Litoral, as gentes do Barrocal beneficiaram em cada época da proximidade quer à Serra quer ao Litoral confinantes.

À semelhança das restantes sub-regiões é possível encontrar também aqui diversidades interiores. O primeiro contraste verifica-se entre as terras *altas* e as terras *baixas*, onde se introduzem naturalmente variantes agrícolas, o sequeiro e o regadio, funcionando como complemento de recursos (Feio, 1949; Ferro, 1956; Stanislawski, 1963), a que se acrescenta a natureza diversa dos tipos de solo (Louro, 1929; Ferro, 1956; Prista, 1993). Utilizando a

terminologia dos camponeses, Ferro (1956) identifica o «Borno», terra pouco fértil, o «Arneiro», terra fértil e compacta, o «Arnusco» e o «Nateiro da Ribeira», materiais aluviais muito férteis. Neste quadro, a mudança de altitude e o distanciamento em relação ao mar introduzem diferenciações climáticas que produzem variações no calendário agrícola local. Por exemplo, nos vales altos do Barrocal, mais estreitos e afastados do efeito moderador do mar, os produtos hortícolas são mais tardios no seu amadurecimento em 3 semanas relativamente às hortas localizadas próximo da Costa (Stanislawski, 1963).

Os vales irrigados não constituem porém o carácter especial da zona calcária, mas as vertentes não irrigadas com os arvoredos típicos (alfarrobeiras, amendoeiras...) onde foi necessário o trabalho de gerações para limpar os campos de pedras (Stanislawski, 1963). Assim, pratica-se aqui uma agricultura de feição mediterrânica marcada pelo largo predomínio do sequeiro sobre o regadio como forma de vencer a aridez (Ribeiro, 1941). O que faz do Algarve, e em especial do Barrocal, juntamente com a Arrábida, uma das mais típicas paisagens mediterrânicas em Portugal.

Além das diferenciações já apontadas outras se lhe juntam. A zona central do Algarve, compreendida entre o Malhão e Monchique, é pela sua posição, mais abrigada dos ventos levante e norte (Costa et al., 1985), o que permite um maior desenvolvimento da arboricultura de sequeiro nesta área. Em contrapartida, na extremidade ocidental do Algarve as batidas fortes do vento tornam raros aqueles frutos, subsistindo apenas a figueira em condições difíceis junto ao chão (Feio, 1949).

No que se refere aos recursos hídricos em particular. A densa rede que no Algarve se forma assemelha-se a um intrincado sistema venoso, onde a variação do regime das águas, bem como as suas características, acompanham também as diversidades do território – diversidades de relevo, de tipos de solo, de cobertura vegetal, de clima, a tectónica (Costa et al., 1985). O declive acentua a impetuosidade das águas que vai diminuindo à medida que o relevo suaviza em direcção ao mar. Assim, a impetuosidade é máxima na Serra, média no Barrocal onde as ribeiras correm na transversal, e no Litoral quase insignificante.

Na Serra, constituída por xistos e grauvaques, rochas pouco permeáveis e com elevada componente argilosa, predominam os recursos hídricos de superfície (CCDRAlgarve, 2005). Por sua vez, as linhas de água que aí se formam dirigindo-se para Sul, enquanto circulam pelo Barrocal uma elevada percentagem de água infiltra-se nas rochas *carbonatadas carsificadas* de elevada permeabilidade, formando-se no subsolo importantes sistemas aquíferos, de que é exemplo o sistema aquífero Querença-Silves, o mais importante aquífero da região Algarvia (CCDRAlgarve, 2005). A drenagem subterrânea proporciona aqui a formação de grutas e

algares por onde a água se escoia produzindo estrondos e sussurros longínquos, a que a literatura popular associou às vozes dos mouros e mouras encantados (Oliveira, 1910). Graças aos cursos de água que escorrem dos impermeáveis relevos xistosos localizados a montante, quantidades significativas de materiais aluviais são transportadas para jusante conferindo fertilidade e profundidade aos solos do Barrocal, sobretudo aos dos Litoral, que recebem também materiais provenientes das colinas do Barrocal (Ferro, 1956).

A *orla de contacto* do Barrocal com a Serra, correspondendo a uma *área híbrida* de encontro entre condições naturais heterogéneas (Prista, 1993), é uma zona de infiltração máxima das águas que escorrem da Serra, estando também sujeita a precipitações mais elevadas pela proximidade à montanha, o que possibilita uma activa circulação de águas subterrâneas e superficiais, e conseqüentemente a prática de uma agricultura intensiva (Ferro, 1979).

Parece então um contra-senso referir a posição privilegiada do Barrocal, sobretudo do Alto Barrocal, quanto à presença de recursos hídricos, quando o tema desta tese é a seca e a torrencialidade. Na realidade, o regime torrencial das ribeiras, a escassez da água à superfície, aliados às dificuldades inerentes à sua captação e elevação, tornaram difícil a prática de uma agricultura intensiva. A adopção progressiva de novas tecnologias de irrigação no decurso do séc. XX (possibilitada por recursos financeiros provenientes da emigração) permitiu uma maior autonomia aos regadios. Apesar disso, no Barrocal a *irregularidade e incerteza naturais da água* quer superficiais quer subterrâneas, continuaram a limitar as disponibilidades de água sobretudo nos anos mais secos, tornando necessário afundar poços e suprimir algumas culturas (Cavaco, 1960 e 1976; Prista, 1993). Decorridos 40 anos de exploração intensiva das águas subterrâneas do aquífero Querença-Silves os mesmos problemas se colocam hoje: continuam a afundar-se poços, a abrir novas perfurações para fazer face à escassez, acrescentando-se agora outros problemas ligados à qualidade da água².

Assim, dada a sua especificidade, nenhum outro elemento permite unificar transversalmente as diversas sub-regiões Algarvias, interligando concelhos e freguesias, como a água. M. Gomes Guerreiro (1951), dedicando especial atenção ao papel da floresta na conservação do solo e da água, defende a arborização da Serra Algarvia em solos que as arroteias e incêndios de uma agricultura intensiva, – a campanha do trigo de 1929 – reduziram

² Sob o aquífero Querença-Silves está prevista a implementação do empreendimento turístico *Quinta da Ombria*, ocupando uma das mais importantes antigas zonas de horta – o “*Morgado da Tôr*”. Apesar das expectativas, temem-se conseqüências negativas para o meio ambiente, nomeadamente no que se refere à contaminação das águas subterrâneas pelos fertilizantes utilizados nos campos de golfo. Eis um exemplo nos dias de hoje, de conflitos por causa da água no Barrocal Algarvio.

ao esgotamento. Conforme justifica, despojadas as vertentes da Serra da sua cobertura vegetal, as águas da chuva não encontrando aí qualquer obstáculo, em vez de se infiltrarem, escoam-se à superfície arrastando para jusante a pouca terra arável ainda existente. Segundo este autor, não só a Serra sofre as consequências gravosas da erosão continuada dos solos, como toda a região Algarvia fica ameaçada pela falta de água num futuro próximo, além do agravamento das cheias periódicas que destroem campos de cultura, pontes, levando tudo à frente. Assim, o autor preconiza a regularização do ciclo hidrológico no Algarve através da arborização da Serra, que impedindo o grande escoamento superficial, promovendo ao máximo a infiltração das águas, tornará possível a regularização dos cursos de água, a alimentação dos lençóis freáticos que por sua vez alimentam nascentes, fontes e poços, evitando que se sequem e permitam a prática agrícola (Guerreiro, 1956). Portanto, a água aparece na obra deste autor, como factor de união territorial para o bem e para o mal, em que acontecimentos a montante têm geralmente consequências (boas ou más) a jusante.

III

Pertencentes ao concelho de Loulé, as freguesias alvo do presente estudo, Querença, Tôr e Salir, confinando entre si, abrangem aqui uma parte importante dos “*Barrocais*” (Vasconcellos, 1941), que neste concelho do Algarve Central atingem a sua expressão máxima. A freguesia de Tôr localiza-se quase exclusivamente em zona de Barrocal, Querença e Salir apresentam faixas importantes de xisto, sobretudo Salir que faz de fronteira com o Alentejo. Alguns autores situam as sedes destas freguesias ora na Beira-Serra (Guerreiro, 1992), ora no Alto Barrocal (Prista, 1991 e 1993). Por uma questão metodológica, optamos pela segunda classificação.

Cidade a partir dos anos 80 do séc. XX, Loulé conheceu desde cedo (último quartel do séc. VIII) um crescimento demográfico que a colocou à frente dos restantes concelhos Algarvios (Cosme, 1999). Em 1890, era o maior concelho rural Algarvio com 29.289 habitantes ligados à agricultura. E apesar da sua localização periférica relativamente aos grandes centros urbanos do Litoral, Loulé não deixou de participar no comércio marítimo com produtos provenientes do seu vasto *hinterland* (Costa, 2002). A posição de Loulé no centro de uma região de agricultura rica e no cruzamento de comunicações tornaram-na na mais importante aglomeração do interior (Feio, 1949). O que muito se ficou a dever à intensa *colonização* do Barrocal (Ferro, 1956). Geraldino Brito referia no início do século XX (1914) ser o Barrocal a zona mais povoada do concelho de Loulé.

Decorridos aproximadamente 100 anos, segundo as estatísticas do INE (2002), o concelho de Loulé está entre os que registou maior crescimento populacional no período intercensitário de 1991/2001 (a par de Albufeira e S. Brás de Alportel), continuando a ser o mais populoso de todo o Algarve com 59 160 mil habitantes. No entanto, agora com uma nova dinâmica demográfica, direccionada para o Litoral. Em que o domínio do sector agrícola até ao início dos anos 60 (séc. XX) (Guerreiro, 1993), à semelhança do que aconteceu por todo o país, cede lugar ao sector terciário (Almeida et al., 1996).

Neste sentido, das freguesias em estudo, Querença e Salir viram reduzida a sua população para menos 9,8% e 11,3% respectivamente entre 1991/2001, apesar da percentagem dos residentes com nacionalidade estrangeira ter registado um acréscimo. Por sua vez, em Tôr, freguesia desde 1997, assistiu-se a um acréscimo populacional de 1,4%. O decréscimo e envelhecimento populacional, assim como índices de densidade populacionais mais baixos em Querença e Salir comparativamente à freguesia de Tôr, poderão estar relacionados com a maior faixa de Serra nelas incluída, onde aquelas características são clássicas, sobretudo em Salir onde atinge maior dimensão, aliás das três freguesias em análise, foi a que registou um maior decréscimo populacional entre 1991 e 2001.

Apesar de se tratar de freguesias consideradas rurais, o sector *Agrícola* ocupa na estrutura da população activa baixas percentagens com perda significativa durante a última década. Percentagens mais reduzidas em Querença com apenas 1,1%, contra os 8,5% registados em 1991. Para o mesmo período, Salir registou 10,6% em 2000 contra os 22% em 1991. Porém nesta freguesia apesar do decréscimo, o valor apresenta-se superior à média registada para a totalidade das freguesias localizadas na *área de baixa densidade do Algarve* (INE, 2004). A freguesia de Tôr, por sua vez, registou para o mesmo período, 8,7% e 17%,2%, respectivamente.

No entanto, estes valores do recenseamento não correspondem ao número real de habitantes que se ocupa da actividade agrícola, ou mais especificamente se dedica à manutenção de uma horta familiar. Em primeiro lugar por se encontrarem excluídos os reformados e as domésticas, por não serem considerados população activa. Depois, por se excluïrem alguns elementos da população activa em regime de *pluriactividade*, que em complemento a uma ocupação principal trabalha as suas terras (Baptista, 2004). Na realidade, a *pluriactividade* aparece como estratégia dominante de um grande número de famílias nesta área (Guerreiro, 1993).

Num inquérito mais focalizado, *Sócio-demografia das áreas de baixa densidade do Algarve* (2004) – estudos de caso – quando questionados os habitantes da freguesia de

Querença sobre as suas práticas de consumo e tempos livres, 86,6% respondeu *conversar com os vizinhos*, 62,7% *cuidar da horta*, 59,7% *jardinar* (ocupando a terceira posição), numa frequência de pelo menos uma vez por semana. No que se refere às trajectórias profissionais, a maioria dos entrevistados afirma ter exercido enquanto primeira profissão trabalhos não qualificados na agricultura, embora actualmente exerçam uma actividade no sector terciário fora da Freguesia. Baseando-se nestes dados, o mesmo relatório concluía a importância da pequena agricultura para o auto-consumo familiar, sendo que apenas 25% dos inquiridos revelou nunca ter dedicado tempo livre a cuidar da horta. Infelizmente só possuímos dados para Querença, no entanto o quadro não é muito diferente nas restantes freguesias em análise, se pensarmos que Tôr já fez parte da freguesia de Querença e Salir é de entre as freguesias das *áreas de baixa densidade* (INE, 2004) a que apresenta maior percentagem de população activa no sector primário.

Curioso será comparar esses dados com os obtidos para as freguesias de Cachopo (Tavira) e Budens (Vila do Bispo) também contempladas no referido estudo de casos, a primeira localizada na Serra do Caldeirão, a segunda no Litoral Barlavento. Em ambas, a percentagens é inferior à verificada para a freguesia de Querença localizada no Alto Barrocal, com 52,2% e 20% respectivamente. Embora as respostas obtidas em Cachopo se aproximem das registadas em Querença, a distancia-las está o número dos indivíduos que na freguesia da Serra de Tavira afirmam nunca tratar da horta 43,3% contra os 25% registados em Querença. Em Budens por sua vez, apenas 20% dos inquiridos respondeu tratar da horta nos tempos livres contra os 78,6% que responderam nunca fazê-lo. Nesta última, frequentar bares/discotecas, ir à pesca e à praia apresentam valores superiores às restantes freguesias, embora ir à praia seja quase tão frequente (30%) quanto a percentagem obtida no Alto Barrocal (22,4%). Este último aspecto reforça o que se tem vindo a afirmar sobre a posição intermédia privilegiada que ocupa aquela sub-região.

No *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* (INE, 2005) aplicado a nível nacional, perante a redução nas últimas décadas do número de explorações agrícolas, o envelhecimento dos agricultores, etc., são apontados por quem continua a actividade agrícola, por ordem decrescente, os seguintes motivos: o *valor afectivo* 56%; *sem outra alternativa profissional* 21%; *a viabilidade económica da actividade* 17%; *outros motivos* 6%.

Para a área em estudo, sendo recorrente tal prática, será pois pertinente num aprofundamento da sua funcionalidade averiguar que outros motivos, além das funções de ocupação dos tempos livres, de auto-consumo familiar, e do valor afectivo que representam, levam as pessoas a continuar a cultivar as suas hortas. Aspecto a que procuraremos dar

resposta no decurso da pesquisa, enquanto prolongamento e interligação com as práticas de regadio, uma vez que o cultivo de uma horta implica necessariamente a existência de água de rega.

CAPÍTULO 2

HORTAS E REGADIOS DO BARROCAL – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA –

Gaetano Ferro em *L'Algarve Monografia Regional* (1956), faz remontar ao período islâmico o *protótipo* das hortas tal como as conhecemos hoje. Segundo este autor, a agricultura conheceu um notável progresso durante esse domínio, quer com a introdução de novas espécies, quer com a difusão de formas de irrigação intensiva, sobretudo no Barrocal e no Litoral devido à natureza do terreno e à presença de recursos hídricos em abundância. Por seu turno, Carminda Cavaco (1960) estudando as hortas de Boliqueime e os 'quartos' de Quarteira no concelho de Loulé, questiona essa influência árabe, ou melhor, questiona até onde se terá feito sentir tal influência.

Sem querer enveredar pelos caminhos da Arqueologia na busca de uma comprovação para a sua origem, reportando-nos apenas a fontes escritas, podemos afirmar que os mais antigos registos sobre as hortas Algarvias remontam aos relatos dos cronistas árabes. No século X Ahmede Arrazí refere-se às muitas hortas regadas no termo de Ossónoba, e no século XII o geógrafo Edrici menciona a sua existência nos arredores de Silves (Coelho, 1972). Assim, podemos dizer que as hortas fazem parte da paisagem agrária do Algarve pelo menos desde o séc. X.

Contemplado em diversas áreas disciplinares, da economia à antropologia passando pela geografia e outras, o conjunto de trabalhos publicados contendo informações sobre hortas e regadios Algarvios abrange os séculos X, XII, XV, XVI, XVII, XIX e XX, embora apenas o séc. XX seja descrito em pormenor. De seguida faremos um apanhado dos temas mais abordados e dos autores que nos pareceram mais importantes, com o propósito de melhor situarmos o nosso estudo.

As hortas na paisagem e na economia agrária do Algarve

Constituindo um elemento importante da paisagem agrária do Algarve, um traço distintivo face à monotonia do Alentejo, as hortas não representam todavia o seu carácter dominante devido à aridez que predomina no território (Feio, 1949). Ainda nos anos 50 do séc. XX elas ocupavam apenas 6% da superfície total da região (Feio, 1949; Ferro, 1956).

Talvez por isso, Frei João de São José na sua *Corografia do Reino do Algarve de 1577* tenha praticamente ignorado as hortas e o regadio, embora descrevesse minuciosamente outras tarefas agrícolas efectuadas pelo Algarvio (Guerreiro e Magalhães, 1983).

Apesar da sua pequena dimensão, as hortas Algarvias foram até aos anos 60 do séc. XX um recurso vital (escasso) para a sobrevivência das gentes (Prista, 1993). A variedade de produtos que aí se cultivam (legumes, hortaliças, frutas...) desempenhou um papel fundamental na alimentação das famílias, permitindo reduzir ao mesmo tempo as despesas em mercearias (Cavaco, 1960). Também em algumas zonas piscatórias, a horta representou um importante complemento à actividade principal (Lopes, 1988; Cavaco, 1976; Baptista, 1995). Assim, não admira que possuir uma horta fosse, depois de possuir uma casa e um *monte*, a ambição de quem vive no campo (Cavaco, 1960), representando mesmo um sinal de prosperidade económica (Stanislawski, 1963), e factor de diferenciação social (Prista, 1993; Sousa, 2005). Quem não tinha horta, ou arrendava um canteiro na ribeira do Morgado mais próximo, sempre difícil de conseguir (Prista, 1993), ou cultivava trigo e milho nas terras frescas de sequeiro alimentando-se unicamente dessas farinhas (Cavaco, 1960). Estabeleciam-se também acordos diversos entre os agricultores (Cavaco, 1960; Prista, 1993), por exemplo havia quem regasse a horta de outrem em troca de uma parte da produção (Cavaco, 1960).

Feita uma análise detalhada da bibliografia existente, deparamo-nos com várias zonas de horta espalhadas pelas diversas sub-regiões Algarvias, cada qual com características peculiares, fruto dessa diversidade geográfica: as hortas na Serra do Caldeirão (Feio, 1949; Cavaco, 1976), as hortas nas margens da ribeira do Beliche e Junqueira (Cavaco, 1976), as hortas na Serra de Monchique (Feio, 1949; Jenkins, 1979); as hortas do Barrocal (Louro, 1929; Ferro, 1956; Cavaco, 1960; Prista, 1993); as hortas do Litoral Sotavento (Ribeiro, 1941; Stanislawski, 1963; Cavaco, 1976).

As hortas Algarvias tiveram expansões diferentes consoante o crescimento demográfico (Magalhães, 1988; Prista, 1993), a dimensão dos mercados próximos, as disponibilidades de água de rega e os tipos de solo (Cavaco, 1976). Concentrando-se maioritariamente no Litoral Sotavento, seguidas do Barrocal, tendo a Serra do Caldeirão uma expressão muito reduzida (Feio, 1949). As primeiras especializadas desde longa data em primores, essencialmente viradas para a exportação (Magalhães, 1988), as restantes destinadas principalmente ao auto-consumo, embora as hortas do Barrocal tenham também produzido excedentes para o mercado urbano próximo (Cavaco, 1960; Prista 1993). No caso da Serra do Caldeirão, além da pobreza dos solos, acrescentou-se a ausência de vias de comunicação eficazes dificultando a comercialização (Cavaco, 1976).

Avanços tecnológicos no domínio das captações de água subterrânea a profundidades consideráveis, aliados à disponibilidade de recursos financeiros decorrentes da emigração, ao longo do séc. XX, permitiram uma transformação crescente e rápida de terrenos de sequeiro em terrenos de regadio com repercussões na paisagem (Cavaco, 1960 e 1979; Prista, 1993). Esta conquista de terrenos antes incultos para a prática hortícola, foi também conseguida por via de trabalhos de drenagem de águas em zonas alagadiças e já se fazia no século XVI de acordo com os relatos de Henrique Fernandes Sarrão (Guerreiro e Magalhães, 1983). Similarmente Ataíde Oliveira ao longo das suas 11 monografias testemunha para todo o Algarve (início do século XX) trabalhos de drenagem de águas para a conquista de terrenos agrícolas. Crescimento obviamente condicionado pelas características dos solos na sua maioria pedregosos.

Também os cultivos nas hortas sofreram evolução. Por exemplo, Charles Bonnet em finais do séc. XIX considerando a cultura da batata pouco habitual na região, incentiva os Algarvios a cultivarem-na mais intensamente nos terrenos argilosos do Barrocal por serem propícios ao seu desenvolvimento (Bonnet, 1850).

Estando-lhe reservadas (tradicionalmente) as melhores terras de cultivo, que são os terrenos de aluvião do Barrocal e as partes baixas do Litoral onde o lençol freático é abundante e pouco profundo (Feio, 1946), pela sua escassez no conjunto do território Algarvio, o valor monetário a elas associado foi (*quase*) sempre elevado (Oliveira, 1905; Cavaco, 1976). Perceptível nos escritos de alguns autores, a esse valor junta-se-lhe outro, o valor simbólico cujo significado está relacionado quer com a imprescindibilidade dos cultivos para a subsistência das gentes, quer com a ligação das hortas à água. No *Livro de Alportel* de Estanco Louro (1929) por exemplo, a horta aparece como *um lugar extremamente aprazível* para todos, quer pela frescura que aí se faz sentir, como pelas frutas disponíveis para o consumo humano, por isso os trabalhos estivais da horta são de um modo geral considerados pelos agricultores *serviços espalha-máguas*. O próprio autor, etnógrafo local, evoca uma imagem poética da horta: “...a água cristalina e fria, e, como eco do chilrear contente da gente, o gemer infindo da nora, na sua marcha dolorida..., dá ao serviço rumorejante da horta, os laivos mais intensamente bíblicos do lavrador alportelense” (Louro, 1996:421). Mais recentemente, Pedro Prista (1993) referiu que, apesar do surto de transformações sociais e económicas dos anos 60 (séc. XX) possibilitando às gentes do Barrocal uma menor dependência face aos trabalhos do campo, as hortas constituíram o mais resistente empenho agrícola dos Sítios de Querença. Apesar de abandonadas as hortas distantes, fizeram-se

despesas elevadas para conseguir regar “*ao pé da porta*”, hortas que muitas vezes se ostentam para além da sua dimensão real (Prista, 1993).

Com a intensificação do sector turístico no Algarve assistiu-se (no Litoral) à transformação de terrenos de cultivo em jardins, campos de golfo e aldeamentos turísticos (Cavaco, 1996). Inversamente, em outros locais (no Barrocal) o turismo estimulou a produção nas hortas com a revalorização dos produtos “*caseiros*” (Prista, 1993).

Águas de rega e tecnologias de irrigação

Se as características hidrológicas da Região estão em estreita ligação com a natureza geológica dos terrenos e do subsolo (Feio, 1949; Ferro, 1956), também as águas de rega e tecnologias de irrigação vão ao encontro dessa diversidade regional. Vejamos.

Costa et al. (1985) refere que, a ausência de rios de caudal permanente e a vocação aquífera do subsolo Algarvio impuseram às populações a utilização preferencial das águas de origem subterrânea. De facto, grande parte dos autores refere-se sobretudo à rega de hortas com a água de poços e noras (Ribeiro, 1941; Feio, 1949; Dias e Galhano, 1953; Ferro, 1956; Stanislawski, 1963; Cavaco, 1960 e 1976). Investigadores tão conceituados como Mariano Feio (1949), Jorge Dias e Fernando Galhano (1953), Gaetano Ferro (1956) e Orlando Ribeiro (1991), chegam mesmo a mencionar que no Algarve a rega das hortas raramente se fez por canais de derivação com a água das ribeiras mediante açudes, devido ao carácter torrencial das ditas ribeiras.

Porém, a rega de hortas a partir da água de ribeiras é referência antiga nos escritos sobre o Algarve. São exemplo dessas referências as *Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé de 1758* (Martins, 2004), os escritos de Silva Lopes (1841), Charles Bonnet (1850) e Geraldino Brites (1914), apesar de neles não ser especificado o modo como se processavam essas regas. Ataíde Oliveira (1909) menciona que a rega das hortas com a água das ribeiras faz-se por meio de *aparelhos que tiram da ribeira as águas*, não especificando também que aparelhos são esses. Com vista ao incremento das culturas regadas, Tomaz Cabreira (1918) defende o alargamento do perímetro de regadio através do aproveitamento máximo das águas que se podem derivar dos cursos de água permanentes, sem se referir também aos modos como se faria essa derivação.

Estanco Louro em 1929, sendo o primeiro autor a escrever minuciosamente sobre hortas, e em concreto as do Barrocal, constituindo a sua obra uma referência obrigatória, é ele também o primeiro autor a especificar como se processa a rega das hortas com a água das

ribeiras. No *Livro Quinto – A Vida Social*, o autor identifica dois tipos de rega: *regar à mão* e *regar de pé*. É o segundo tipo, a *rega de pé*, que se faz com a água [derivada] de uma *represa* ou *tapada* que por sua vez provém de uma nascente ou de uma ribeira. No entanto, no *Livro Terceiro – A Vida Económica*, Estanco Louro afirma que em Alportel os *açudes* têm como função quase exclusiva a derivação de *águas hibernais* para as levadas dos moinhos, conhecendo apenas um *açudete* do qual *derivam águas* para a irrigação.

Só nos anos 80 (séc. XX), decorridos aproximadamente 50 anos após os escritos pioneiros de Estanco Louro, Pedro Prista (1993), em *Sítios de Querença, Morfologias e Processos Sociais no Alto Barrocal*, retoma o estudo das hortas regadas com a água derivada de ribeiras, num aprofundamento sem precedentes. Estudando a *Horta da Ribeira* da Benémola refere ser esta regada a partir dum *açude* alimentado com a água da ribeira, *água de rojo*, cuja *levada* serve 48 regantes. O autor relata que esta *levada* sendo longa encontra-se interrompida a meio do seu trajecto por um Moinho, do qual segue novamente mas com o caudal enfraquecido, pelo que, os regantes situados a montante conseguem regar mais rapidamente. Sem se centrar especificamente sobre o funcionamento técnico destas infra-estruturas de rega, a análise empreendida pelo autor é sobretudo sociológica, que inicia com a origem histórica das hortas, focando depois as atenções nos constrangimentos sociais e nas regras do uso da água em comum, bem como no significado social destas hortas para os *Sítios de Querença*.

Num estudo relativamente recente, *Açudes no Algarve. Projecto de Reabilitação de Açudes* (2001) da DRAOT (Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Algarve), foram inventariados quase uma centena de açudes nas bacias hidrográficas das ribeiras Algibre/Quarteira, Vascão e Foupana. Todavia, o aproveitamento da água de ribeiras para a rega de hortas não foi o mesmo em todo o Algarve, chegando a variar ao longo do curso de uma mesma ribeira. Charles Bonnet (1850) relata que, nas várzeas do sistema *Fico-Ceratónico* (onde inclui o Barrocal) encontram-se culturas irrigadas a partir da água de ribeiras que durante o Verão conservam um pouco de água, ao contrário das ribeiras pertencentes ao primeiro sistema *Crista da Serra*, correspondente à Serra do Caldeirão. Carminda Cavaco (1976) no seu *Algarve Oriental* refere-se aos *minúsculos regadios* sem pomar de Alcoutim, regados a balde (*caldeiro*) com a água proveniente de poços dado que os ribeiros têm um regime temporário apenas após as chuvas; por isso, são as plantações de sequeiro (figueiras, vinhas, oliveiras, ameixeiras...) que nestas várzeas estreitas apresentam níveis de rendimento mais elevado.

Mas em algumas ribeiras ou troços de ribeira, a rega de hortas por meio de levadas e açudes chegou a ser realmente uma prática corrente e compensadora. Estamos a referir-nos por exemplo ao Morgado de Alte onde se regavam hortas e pomares a partir das Fontes de Alte, que também faziam moer moinhos, cuja abundância de água justificou os gastos de Duarte Melo Rabadaneira Corte Real (administrador do Morgado de Alte) com o desvio do curso da ribeira de Alte para regar o *Pomar da Mina* no séc. XVIII (Martins, 2004). Também Ataíde Oliveira (1905) menciona em Querença a *Fonte da Menalva* e a *Fonte Filipe* cujas águas são aproveitadas quer para regar terrenos numa grande extensão ao longo das margens das ribeiras com o mesmo nome, quer para alimentar as ditas ribeiras.

Estas Fontes a que os autores fazem alusão, são *nascentes cársicas* que embora raras no Algarve, alimentam e regulam o curso, ou troços de algumas ribeiras, restringindo-se a sua ocorrência praticamente ao concelho de Loulé (Fonte da Benémola, Fonte Filipe, Salir e Alte) às quais se acrescenta apenas a Fuseta (Costa et al., 1985). Assim, parece obvio que no Alto Barrocal (do concelho de Loulé) os regadios a partir das águas destas ribeiras tivessem sido muito comuns, e de importância considerável face ao conjunto do regadio praticado a nível local. O já referido estudo de Pedro Prista nos anos 80 (séc. XX), sobre o regadio das *hortas da Ribeira* na Benémola, freguesia de Querença, demonstra bem a importância social e económica deste tipo de regadios para as populações locais apesar das tendências individualistas.

Porém, o grande valor da água de rega no Algarve fez com que o seu aproveitamento se tivesse feito até ao extremo. Assim, foi comum a rega de múltiplos *hortejos* quer no Barrocal quer na Serra a partir da água de pequenas ribeiras e barrancos, retida em *diques* e *tapadas* (Oliveira, 1911; Feio, 1949; Ferro, 1956; Prista 1993). Por outro lado, a água das ribeiras também alimentou e ainda alimenta directa ou indirectamente poços e noras dispostos ao longo das suas margens, ora porque aqui é possível obter água a pouca profundidade, ora porque é possível o desvio de águas para o interior de poços e noras através de *canhas*, i.e. galerias subterrâneas que ligam os poços às ribeiras (Louro, 1929; Cavaco, 1960; Prista, 1993).

A captação de água de rega através de *minas* (galerias subterrâneas horizontais a partir da base de uma encosta) é tida também como comum, Estanco Louro (1929), Gaetano Ferro (1956) e Pedro Prista (1993) assinalam a sua ocorrência frequente no Barrocal. Também a rega de hortas com as sobras de água proveniente de pequenos fontanários públicos é referenciada desde o séc. XVI nos escritos de Henrique Fernandes Sarrão (Guerreiro e Magalhães, 1983). Nas *Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé de 1758*, para a freguesia

do Ameixial, é igualmente mencionada a rega de hortas com a água proveniente de fontanários e poços de abastecimento de água públicos (Martins, 2004). Este aproveitamento de água para regar (algumas) hortas localizadas nas imediações de pontos de águas de abastecimento público verificou-se em todo o Algarve, da Serra ao Litoral (Lopes, 1841).

Nos anos 50 do séc. XX, Jorge Dias e Fernando Galhano (1953) estudando a diversidade de aparelhos de elevar água de rega existente em Portugal, destacam para o Algarve os seguintes aparelhos: os *moinhos de água* da várzea de Aljezur movidos pela acção do vento; as *noras de alcatruzes de eixo curto baixo* vulgares na zona do Barlavento; as *noras de alcatruzes de eixo comprido alto* em Tavira e Olhão; as *noras metálicas modernas de eixo curto* em Loulé/Salir; as *noras metálicas modernas de eixo comprido* em Olhão e Faro que elevam a água a grande altitude para ser possível regar terrenos em zonas elevadas ou levar a água a grandes distancias. As picotas mais conhecidas por *cegonhas* encontram-se nesta época difundidas por todo o Algarve existindo grande concentração destes aparelhos em Benafim perto da Rocha da Pena no concelho de Loulé, em Aljezur é comum o *cegonho de rabo*. Assim, cada tipo de nora parece estar relacionado com a dimensão da área a regar, ou seja com o tamanho da horta. Isto explica que em Salir as noras sejam predominantemente de *eixo curto*, e em Faro de *eixo comprido*. Também as *cegonhas* parecem concentrar-se em zonas onde predominam hortas mais pequenas.

No conjunto bibliográfico analisado, o sistema de tirar água à *nora* aparece como a tecnologia de rega mais estudada no seu funcionamento técnico, sobretudo por Gaetano Ferro (1956), Carminda Cavaco (1960) e Isabel Grade (2007), que a descrevem pormenorizadamente nas suas partes constituintes e funcionamento tecnológico. Após a introdução das noras de ferro nos anos 20 (séc. XX), sucedeu-se nos anos 40 a introdução dos motores de rega, e as bombas eléctricas de tirara águas nos anos 70, sem que a introdução de uns tenha anulado a existência de outros (Cavaco, 1960; Prista, 1993). Além de que, o sistema de rega em si não sofreu alterações continuando a utilizar-se o tanque para o armazenamento da água de rega e canais para a sua distribuição no terreno cultivado (Ferro, 1956). A conclusão das Barragens do Rio Arade em 1956 e a do Rio Odiaxer em 1959, permitindo um aumento considerável da área regada no Sotavento, são também apontadas como inovações do sistema tecnológico no decurso do séc.XX (Stanislawski, 1963).

Às tecnologias de rega descritas, juntam-se as técnicas de rega utilizadas pelos agricultores, constituindo parte integrante da ciência agrícola popular. Estanco Louro (1929) descreve pormenorizadamente como se *arma* uma horta, ou seja como se prepara para ser regada. *Reguêra mestra*, *reguêras*, *travessas* e *camalhões* são elementos constituintes da rega

por meio do sistema de *leiras*, no interior do qual o autor descreve o circuito da água até aos cultivos. Carminda Cavaco (1960) em *Paisagem e Vida Rural numa Aldeia Algarvia: Boliquiteime*, apresenta um diagrama interessante – *Sistemas de Encanteirar a Terra* – onde é possível visualizar a circulação da água no interior dos cultivos. Um esquema semelhante, mas referente à Serra de Monchique é apresentado por Jenkins (1979). É no entanto Pedro Prista (1993) quem, além de relatar em pormenor os sistemas de rega em *leiras* e ao *rego*, descrevendo a sua estrutura e funcionamento, mostra a eficácia de cada um consoante a água disponível na horta.

A gestão social das águas de rega

Gaetano Ferro referia em 1956 que a prática da irrigação no Algarve é quase sempre baseada na propriedade individual dos recursos hídricos (Ferro, 1956). Acusado de fraco espírito associativo, o proprietário da terra financia e usufrui por norma de captações de água (minas e poços) particulares (Oliveira, 1914; Ribeiro, 1991; e outros), sendo raras as situações em que pede água a terceiros (Ferro, 1956). Já em finais do séc. XIX, Silva Lopes (1841) apelava aos agricultores que se associassem, por um lado para beneficiarem da introdução de novas maquinarias agrícolas, por outro, para o melhor aproveitamento das águas de ribeira destinadas à rega dos campos. Por isso, Mariano Feio (1949) referia que sendo as águas de rega no Algarve geralmente individuais, a irrigação não se faz por meio de normas complicadas de distribuição de água nem por meio de grandes instalações de irrigação (barragens, grandes canais de derivação) comparativamente ao Levante Espanhol.

No entanto, apontadas como comuns, pela bibliografia existente, são também as situações em que um grupo de regantes, por efeitos de herança, usufrui da água de um mesmo poço, nora ou outros, em dias diferentes (Ferro, 1956; Cavaco, 1960; Jenkins, 1979). Além desta forma de partilha, são ainda mencionados os regadios junto de cursos de água utilizando água derivada da ribeira a partir de um açude e respectiva levada comuns (Louro, 1926; Cavaco, 1960; Prista, 1993). A propósito destes regadios de águas em comum, é opinião corrente que, águas partilhadas (envolvendo um conjunto de actores) são por natureza mais conflituosas que as águas individuais, sendo aliás esse um dos motivos que impele ao individualismo (Cavaco, 1960; Prista, 1993).

Estanco Louro (1929) refere que nas hortas do Alportel, *a rega está em regra dividida*, exceptuando as *abertas*, *poços* ou *poçancos*, existindo *meios-dias* ou *dias* de rega estipulados para cada regante consoante *a superfície a regar*. Também a limpeza de *tapadas*, *tanques* e

poços em comum, é um serviço realizado por meio de *ajuda* mútua entre os utilizadores usuais, uma tarefa geralmente efectuada por homens. Se essa partilha é feita de modo pacífico, ou conflituoso, infelizmente não nos é permitindo saber através das suas descrições. Mariano Feio (1949) discorrendo sobre as hortas nos terraços de Monchique, refere que a água proveniente das nascentes que descem a Serra para as regar é em geral partilhada por vários regantes, cada qual com um certo número de dias e horas de rega por semana. Também aqui, a divisão de propriedade resultante da partilha entre herdeiros produziu talhões de horta cada vez mais pequenos tornando mais complexa a divisão dos direitos de água; de modo que, delimitação de terrenos e direitos de água constituem nesta zona os motivos mais frequentes de querelas familiares sujeitas a jurisdição nos tribunais (Jenkins, 1979).

Carmina Cavaco (1960) argumenta que o fraco caudal da ribeira de Quarteira em Boliqueime foi responsável pelos conflitos em torno da rega com a água da dita ribeira, entre os agricultores desta freguesia e os agricultores com exploração no troço a montante da ribeira de Paderne. Por isso, quando foi possível, alguns agricultores decidiram-se por uma exploração subterrânea individual. A luta pela água estimulou assim tendências individualistas. Uma visão partilhada por Jenkins (1979) e Pedro Prista (1993). Jenkins (1979), a propósito da Serra de Monchique, relata que a falta de água provocada pela arborização de eucaliptos nas encostas a montante das hortas, aliada à introdução de novas tecnologias de captação de água, provocou a transfiguração dos entendimentos sociais em torno da gestão da água de rega: à medida que o lençol de água foi baixando, foram-se cavando novos poços e erigindo pequenos diques que interferem com nascentes já existentes, a competição tornou-se desenfreada numa tendência de cada um tentar a todo o custo garantir o uso individual da água, mesmo que para isso se prejudique os vizinhos de horta.

Pedro Prista (1993), ao estudar dois regadios de águas partilhadas nos *Sítios de Querença*, aprofunda o sentido individualista da água de rega avançado por autores como Feio (1949), Ferro (1956), Cavaco (1960), Ribeiro (1991). Segundo justifica, além da incerteza das águas superficiais e subterrâneas originando produções inseguras, a que a população procurou fazer face multiplicando as formas de captação de água, tentando ao mesmo tempo assegurar-las para sua exclusividade, o sentido individualista da água de rega está associado ao processo histórico de autonomização das casas, ocupando a horta um lugar central no seu sistema produtivo, embora sempre em associação a outras actividades e recursos. No entanto, segundo o mesmo autor, as melhores condições de solo e água localizados sobretudo junto de cursos de água, limitaram nos *Sítios do Alto Barrocal* este sentido individualista da água de rega, levando à utilização de águas em comum.

Tomando aqui como exemplo as *Hortas da Ribeira*, vejamos sinteticamente como Pedro Prista (1993) analisa a organização social das regas então vigentes. Sem qualquer regime regulador das suas águas, o princípio geral neste regadio é o de “*quem primeiro chega, pode torna-la livremente*”. Procedimento que o autor relaciona com o carácter aleatório da água de rega proveniente da ribeira, ora escassa, ora excessiva, em que a indeterminação da água encontra como resposta a indeterminação da rega. Tendo como termo comparativo outros regadios da área, onde vigorava o princípio de “*esperar pelo fim da rega do vizinho*”, e os constrangimentos a ele associado, o autor considera que quanto mais definido era o direito de água mais tensa era a relação entre regantes (Prista, 1993).

No extremo este do Algarve, na Serra de Monchique, Jenkins (1979) referia que é apenas quando a água começa a rarear que se fazem as partilhas da água, altura em que utilizar a água numa altura indevida corresponde a ofensa gravosa. Assim, carecem de aprofundamento os sistemas de partilha da água, localização, inventário e estudo comparativo a nível do Algarve.

Relativamente à divisão sexual do trabalho agrícola, no geral das actividades a mulher aparece sempre como auxiliar do marido, incluindo o trabalho nas hortas (Oliveira, 1908 e 1909; Brites, 1914; Louro, 1929; Feio, 1949), estando particularmente associada às regas (Louro, 1929; Cavaco, 1960; Stanislawski, 1963). Geraldino Brites (1914) opinando sobre as mulheres Louletanas opõe-as às do Norte, que por sua vez aproxima das mulheres de algumas freguesias do concelho (ex. Alte) por se dedicarem tal como os homens aos penosos trabalhos do campo, sendo que em determinadas épocas do ano *os homens entregam[-lhes] os trabalhos agrícolas da primavera e do estio* indo ceifar para o Alentejo,...apanhar palma em Espanha, regressando na época das colheitas. Dan Stanislawski (1963) faz referência às muitas mulheres que trabalham na irrigação dos campos do Sotavento, não se verificando o mesmo no Barlavento onde a irrigação é menor.

A tendência do agricultor Algarvio em *bastar-se a ele próprio*, ou seja a tendência para auto-suficiência familiar (ao mesmo tempo detentor da terra, do capital e do trabalho), no caso concreto dos trabalhos na horta, Estanco Louro (1929) interpretou como sendo a forma mais equilibrada de exploração porque “*é impossível a reclamação por parte de qualquer dos elementos da produção. Por isso é a fórmula que mais se coaduna com a harmonia social e aquela que se deve fomentar*” (Louro, 1929:168). Por sua vez, Mariano Feio (1949) justificou essa atitude do agricultor Algarvio com as crises económicas que assolam a região.

O carácter aleatório da água de rega – A água dá, a água tira

Como foi referido, Mariano Feio (1946) no seu *Le bas Alentejo et l'Algarve* descreve a posição privilegiada do Algarve referindo que, protegido do vento norte pela Serra e na vizinhança do mar, as culturas mais sensíveis (amendoeiras, batata-doce, legumes temporãs) gozam aqui de um Inverno temperado ao abrigo de geadas, e no Verão as culturas hortícolas e os pomares irrigados não sofrem pelo excesso de evaporação. Por essa razão o Algarve produz nas hortas ervilhas e favas no sequeiro, tomates, feijão-verde e pimentos, bastante mais cedo que em qualquer outra parte do país, favorecendo o seu comércio.

Esta imagem quase idílica das hortas Algarvias esconde todavia outras realidades que se prendem com as características de um clima tipicamente mediterrânico (Ribeiro, 1941; Braudel, 1946). Secas e cheias aparecem como o reverso da medalha. Recapitemos o que diz a literatura existente sobre este assunto.

No decurso da história do Algarve, longas e frequentes secas (sobretudo) originaram crises cíclicas de subsistência com reflexo nos quantitativos populacionais (Magalhães, 1988). Nos anos de 1734/1735 (séc. XVIII) a falta de chuva foi tal que a carestia de trigo obrigou à importação de pão fora do Reino, “*muita gente queria trabalhar somente pelo comer, e nem assim havia quem lho desse*” (Magalhães, 1988: 182). Felizmente o ano de 1735 decorreu temperado, chovendo todos os meses com moderação proporcionando pão em abundância; todavia, em finais desse mesmo ano choveu tanto que se tornou impossível semear. Para fazer face a estas calamidades, o povo fazia *preces* a pedir *água de misericórdia* ao Santo da sua devoção, por água a mais ou a menos (Magalhães, 1988).

No que se refere às hortas em particular, os escritos de Silva Lopes (1841) e Ataíde Oliveira (1905) assinalam a ocorrência de cheias nas ribeiras, que à sua passagem destroem pontes, árvores e hortas, numas arrastando a terra arável, noutras lançando muitas pedras. Apesar disso, Silva Lopes (1841) aconselha a um maior aproveitamento das terras que ladeiam as ribeiras, através da abertura de valas de drenagem das águas em excesso, referindo a este propósito os benefícios da Lei de 11 de Abril de 1815, isentando de dízimos e décimas por 20 anos os baldios que fossem roubados às marés. Ataíde Oliveira (1905) alude ainda às estiagens severas, às águas estagnadas e ao sezonismo. Recordando as memórias paroquiais de 1758, no que respeita à Igreja Matriz da freguesia de S. Bartolomeu de Messines, Ataíde Oliveira faz alusão à Nossa Senhora da Graça advogada perante Deus da água nas secas (Oliveira, 1909). Ainda no início do séc. XX, Geraldino Brites (1914) referia-se aos maus anos agrícolas causados pela inversão meteorológica inviabilizando cultivos, lançando a fome

entre as gentes e impelindo os homens a rumar até às minas do sul do Alentejo e Espanholas em busca de trabalho.

No entanto, raras são as abordagens ao modo como as gentes faziam/fazem face a tais calamidades. Apenas Pedro Prista (1993) para o Alto Barrocal, referindo-se à renda de hortas aos grandes proprietários, alude às condições a que estavam sujeitos os agricultores, sendo obrigados a restituir a horta caso a ribeira a destruísse. Nesse caso, ia-se buscar a terra em “*golpelhas*” à margem oposta da ribeira onde a terra ficava normalmente depositada.

No decurso da segunda metade do séc. XX, a inovação sem precedentes no domínio das tecnologias de irrigação, a introdução de adubos químicos, permitiram ao agricultor uma maior liberdade na sua relação com a natureza, verificando-se até um certo domínio (Baptista, 1999). Todavia, no Barrocal Algarvio, as disponibilidades de água continuaram limitadas e irregulares sobretudo nos anos mais secos, tornando necessário afundar poços e suprimir algumas culturas (Cavaco, 1976; Prista 1993). E onde com frequência novas captações afectaram captações de vizinhos, gerando uma *colisão subterrânea* (Prista, 1993). Na realidade, a água de rega seja ela superficial ou subterrânea é no Barrocal aleatória. As causas encontram-se nas características do subsolo, no regime torrencial das ribeiras, e na especificidade de um clima tipicamente mediterrânico. Tão fundamentais quanto frágeis, as hortas estiveram sempre e continuam a estar dependentes destes condicionalismos da natureza. Assim, pode-se dizer que o domínio da água quer em excesso, quer na sua escassez tem sido uma constante ao longo da história agrária da região Algarvia.

A especificidade das hortas do Barrocal

Como vimos no Capítulo 1, a posição intermédia atribuída ao Barrocal, abrigada da serra e na vizinhança do mar, a que se acrescentam as características do seu subsolo calcário rico em águas subterrâneas, constituem-se como elementos naturais da sua especificidade enquanto sub-região. O que remete quanto a nós, para uma forte tradição hortícola, sobretudo no Alto Barrocal, apesar de serem as hortas do Litoral as que geralmente se reconhecem como sendo as hortas Algarvias por excelência e com razão pois é nas campinas com solos mais leves, níveis freáticos mais altos e terras mais planas que se desenvolveu uma horticultura industrializada até com forte incorporação tecnológica e de capitais, que alimenta o cordão urbano Algarvio e a exportação de primores, primeiro através do caminho-de-ferro para a capital e hoje por todos os meios de transporte para mercados muito mais longínquos.

Contudo, a horta do Barrocal sem propósito mercantil, toda ela centrada no consumo da casa, é a horta promíscua por excelência. Num contexto de incerteza de águas, de extensões muito limitadas de solo arável mas de grande multiplicação de oportunidades pela acidentada topografia destes terrenos, representam a cultura hortícola mais desenvolvida, complexa, e inventiva, para mais são estas hortas que por assim dizer alimentaram a população histórica Algarvia. Aquela cujo sucesso biográfico permitiu a prosperidade urbana e industrial incluindo a das hortas ricas do Baixo Algarve conduzidas por critérios de racionalidade empresarial (Cavaco, 1976).

Dedicando especial atenção ao povoamento disperso no Algarve, Gaetano Ferro (1956) considera-o mais difuso no Sotavento em correspondência com o fundo dos vales do Barrocal e com a área aluvial do Litoral, sendo particularmente denso na área de contacto entre o Barrocal e a Serra. Para este autor, a associação entre a presença de recursos hídricos e este tipo de povoamento, a que atribui origens recentes, revela sobretudo a importância do regadio.

No entanto, Frei João de São José na sua *Corografia do Reino do Algarve de 1577*, a propósito do fraco povoamento da Serra referia como causas a “*terra ser montuosa e [haver] falta de água no Estio e também de pão, que é o que dá alento e forças aos lavradores e outros homens para se ajuntarem*” (Guerreiro e Magalhães, 1983:57). Por sua vez, Carminda Cavaco (1960 e 1996) das terras da Quinta de Quarteira menciona que nos finais do séc. XIX se encontravam ainda incultas por causa das águas mal drenadas, não admirando por isso a preferência da população em instalar-se nas encostas soalheiras do Barrocal. Também, Estácio da Veiga (1891) referia já em finais do séc. XIX, a propósito da Mina de cobre da Vendinha do Esteval localizada na freguesia de Querença, Idade do Cobre, que “*as freguesias de Querença e de Salir abundam em machados e percutores de pedra,... A situação d’aquellas duas freguesias...cortadas por muitos e ricos mananciais de excellentes aguas e dotadas de terrenos de muita fertilidade, daria à população mineira que alli é denunciada por tantos vestígios de habitação, as principaes condições de que carece a vida de um povo laborioso*” (Veiga, 1891:92).

De facto, os escritos destes autores sugerem-nos a posição privilegiada do Barrocal no que toca à horticultura de subsistência, uma prática que não parece recente. Além disso, a sua persistência no tempo até à actualidade, em zona clássica de regime torrencial, onde só a experiência de muitas gerações permitiu a sua existência, favoreceu o desenvolvimento de uma forte cultura da água.

Lançando novas questões

Percorrendo o conjunto de temas sobre os quais recaiu a revisão bibliográfica efectuada, verificamos que o mais desprovido de aprofundamento é precisamente o que se relaciona com *o carácter aleatório da água de rega* na perspectiva do agricultor do Barrocal, isto é, o aprofundamento do modo como este lhe fez face na luta pela sobrevivência. Por outro lado, no que toca à *gestão social das águas de rega*, o carácter isolado do estudo antropológico de Pedro Prista (1993) revela a falta de mais pesquisas neste domínio. A bibliografia analisada sugere-nos ainda o aprofundamento da relação que se estabelece entre a mulher Algarvia e a rega na horta.